



A CRISE ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E OS POSSÍVEIS CAMINHOS DE CONCERTAÇÃO

6

Alcimar das Chagas Ribeiro¹

José Alves de Azevedo Neto²

Resumo

A presente análise neste artigo contraria as justificativas de cunho histórico e mudanças constitucionais consideradas como eventos motivadores da crise estrutural do estado do Rio de Janeiro. A mesma avaliação acredita que a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília e as decisões de ordem tributária são insuficientes para a responsabilização da crise fluminense. Outros elementos foram identificados na literatura, assim como resultados de pesquisas empíricas que se constituíram na base da análise críticas do debate atual.

Palavras-chave: Rio de Janeiro; desenvolvimento econômico; organização produtiva coletiva; grandes investimentos.

The economic crisis of the state of Rio de Janeiro and the possible paths for consertation

Abstract

The present analysis requires article contrary to the justifications of how historical and constitutional changes considered as motivating events of the structural crisis of the state of Rio de Janeiro. The same assessment proves that the transfer of capital from Rio de Janeiro to Brasília and the tax order decisions are insufficient to take responsibility for the flu crisis. Other elements were identified in the literature, as well as results of empirical research that constituted the basis of critical analysis of current debate.

Keywords: *Rio de Janeiro; economic development; collective productive organization; large investments.*

¹ Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, pós-doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Professor associado da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

² Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Cândido Mendes – Campos. Técnico de Nível Superior em Ciências Econômicas da Universidade do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF).



1 Introdução

A crise estrutural do estado do Rio de Janeiro que se aprofunda no tempo, tem sido justificada por questões históricas e por mudanças institucionais que, segundo um conjunto de autores, suprimiram receitas orçamentárias importantes tirando a capacidade de investimento, especialmente, em sua função social. A discussão tem sido concentrada na esfera fiscal já que, segundo os mesmos analistas, não existe margem para controle das despesas. O presente trabalho tem como objetivo ampliar a discussão e mostrar outros elementos fundamentais para verificação, além de indicar possibilidades para concertação que podem refletir na ampliação da riqueza estadual e redução da desigualdade social.

7

2 Revisando a literatura

Uma leitura quase que consensual sobre a crise econômica do estado Rio de Janeiro leva ao fato histórico da transferência da capital federal do antigo estado da Guanabara para Brasília ter sido uma das principais causas. Do seleto grupo de economistas fluminense, Osório e Versiani (2019) consideram esta condição como a causa estrutural da crise. As justificativas se ancoram na perda do aparato burocrático da Administração Pública Federal. Especificamente, a estrutura do poder executivo e seus ministérios, embaixadas, Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal.

A consideração é de que esta consistente estrutura contava com uma grande massa de servidores públicos com mandato eletivo, ou mesmo, em quadros de carreira com remunerações consideradas de alto padrão. Esta massa de riqueza tinha elevada propensão a fixar-se no estado com capacidade de fomentar e dinamizar a economia, pelo impulsionamento da demanda por bens e serviços. Conseqüentemente, os impactos positivos poderiam ser observados na geração de emprego, renda e arrecadação tributária.

Segundo os mesmos autores, por conta da decisão política e administrativa do governo federal nos idos de 1960, o Rio de Janeiro perdeu esta importante



vantagem comparativa em relação aos demais estados da Federação, sendo trágico por uma trajetória de insucessos econômicos.

Para Osório e Versiani (2020, p. 4) a transferência da capital para Brasília impactou uma perda de participação do Rio de Janeiro no PIB nacional de 38,8%, a maior perda entre as unidades federativas, segundo dados do IBGE.

Acrescentam ainda:

(...) do ponto de vista do emprego formal, entre 1985 e 2018, o crescimento no ERJ foi de 50,3%, contra 127,6% no total do Brasil, o menor crescimento entre todas as unidades federativas (dados da série mais longa da RAIS/Ministério da Economia). Ou seja, o ERJ virou o estado “lanterna” do Brasil em termos de dinamismo econômico.

Ainda sobre a ótica do emprego formal, a indústria de transformação passou de 2º posição para a 6º posição entre as unidades federativas no mesmo período, sendo ultrapassado por Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, confirmam os autores.

Outro aspecto presente nas análises sobre a crise do estado é a carência de estudos relativos sobre a economia, fato que prejudica a elaboração de diagnósticos precisos para a formulação de políticas públicas de concertação (OSÓRIO; VERSIANI, 2019).

Os economistas também acentuam de forma importante o problema da perda de receitas orçamentárias, fundamentalmente do ICMS, em decorrência da Lei Kandir que isenta as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços do mesmo imposto.

Uma conclusão consensual é de que a renúncia fiscal na exportação de petróleo bruto faz com que o estado deixe de auferir receitas robustas sobre uma atividade econômica extremamente lucrativa no contexto da economia fluminense.

Desta forma a fragilização orçamentária se concretiza em razão do benefício fiscal concedido ao setor produtivo que se amplia com a pressão imposta pelo Repetro - regime aduaneiro especial que permite a importação de equipamentos específicos para atividades de pesquisa e lavra das jazidas de petróleo e gás natural, sem a incidência dos tributos federais (II, IPI, PIS e Cofins) e do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).



A crise avançada da economia fluminense se arrasta no tempo e, nem mesmo, a sua potencial capacidade petrolífera se apresenta como alternativa de solução. O Rio de Janeiro permaneceu como produtor e exportador de commodities, sem ter avançado nas etapas *downstream* conforme esperado. A ausência de cadeias produtivas para agregar valor ao setor consolida uma posição importadora em torno de 80% das aquisições de bens e serviços realizados pela indústria (OSORIO; VERSIANI, 2019).

O vazamento de renda decorrente desse cenário inviabiliza a formação de uma cadeia produtiva do petróleo de alto valor agregado e, portanto, as assimetrias fiscais devem estar no radar dos formuladores de políticas públicas do estado, no sentido de mitigá-las o mais rápido possível.

Outra condição estabelecida ao setor é a distorção fiscal na extração do petróleo do território fluminense. A tributação do ICMS é no destino e, não na origem, onde ocorre à transferência de recursos para outros estados, arremata os pesquisadores. O conjunto de situações consideradas tem impactos negativos importantes na receita orçamentária do Estado e, conseqüentemente, no agravamento da crise financeira estadual.

Já Natal e Cruz (2020) consideram que em razão do setor industrial estadual apresentar fragilidades na estrutura industrial e, se constituir numa economia de baixo encadeamento produtivo, ocorre importante vazamento de rendas para outros territórios. Segundo os autores, esta idiosincrasia tem impedido a materialização dos efeitos benéficos da dinâmica produtiva, tanto para frente como para traz.

Em face desse cenário os pesquisadores destacam a importância do investimento na alavancagem do processo produtivo. Eles fundamentam a suas afirmações com base nas teses defendidas por economistas como Keynes (1971), Kalecki (1977) e Schumpeter (1982), no sentido de reverter o fenômeno do baixo encadeamento do sistema de produção da economia fluminense.

Complementam orientando para a necessidade de implantação de uma política de atração de empresas pelo Estado. Acreditam que poderia estancar a evasão de renda que ora ocorre na economia fluminense, sobretudo pelo setor de petróleo, salientado na seção anterior por Osório e Versiani (2019). No ensejo, eles



ainda ressaltam a relevância do impacto positivo na produção, decorrente do efeito multiplicador keynesiano no aspecto da geração de emprego e renda.

Uma primeira proposta defendida pelos estudiosos, objetivando o resgate da economia estadual do atual cenário de crise, refere-se à retomada das diversas obras públicas paralisadas pelo estado afora. A guisa de exemplo eles enfatizam a necessidade de se terminar as obras do que antes era chamado de Comperj, e hoje, denomina-se, Polo GasLub.

Tais investimentos teriam o objetivo de aquecer e incentivar o encadeamento da indústria de petróleo e gás, em consonância com a retomada da política de conteúdo local, onde a repercussão econômica seria sentida na indústria naval e os reflexos diretos e indiretos na geração de emprego, renda e arrecadação tributária. Indicam como prioridades a urgência de se finalizar às várias obras interrompidas e inacabadas que foram iniciadas no passado em virtude do evento da Copa do Mundo.

Nesse contexto, Natal e Cruz (2020) convergem com outros estudiosos da economia fluminense sobre a viabilidade das cadeias produtivas do setor da saúde, em função do potencial de agregação de valor a economia local que as mesmas promovem.

Alinhado ao mesmo pensamento, Osório e Versiani (2020, p. 4) lembram a proposta do economista Carlos Gadelha, relacionada ao aproveitamento do poder financeiro de compras do SUS, no sentido de se fomentar o sistema produtivo e de inovação em saúde. Lembram que *“sem um complexo produtivo na área de saúde no país, o SUS é um gigante com pés de barro. Isso ficou claro no correr da última pandemia.”*

Natal e Cruz (2020) também orientam para uma eventual reforma tributária que combata a inversão da lógica regressiva da tributação existente no país e que atinge os menores salários em detrimento dos maiores. O foco deve estar na cobrança de impostos progressivos sobre as classes sociais de maior poder aquisitivo.

Complementa que a arrecadação tributária oriunda dessa fatia da população se destinaria a aplicação em políticas públicas pelo governo em diversas áreas, tais



como: segurança, saúde, educação, meio ambiente, transporte coletivo e ciência e tecnologia. Em face disso, a tendência seria a redução da perversa desigualdade social que assola a população fluminense.

Do ponto de vista jurídico, eles trazem um questionamento ao Repetro. Consideram que o programa de renúncia tributária acarreta prejuízos aos cofres públicos do Rio de Janeiro. Nesse caso, se as autoridades constituídas do Estado querem a sua recuperação fiscal, repensar o referido benefício fiscal pode ser importante.

Finalmente, Natal e Cruz (2020) agregam ao conjunto de proposições a integração espacial do território. Qualquer modelo de desenvolvimento industrial de encadeamento da estrutura produtiva e das diversas cadeias setoriais e Inter setoriais devem considerar todos os municípios pertencentes ao estado e seus respectivos potenciais econômicos.

Como exemplo, citam o plano de mobilidade urbana engendrado pelo governo do Estado na gestão do governador Anthony Garotinho, quando ocorreu a duplicação dos trechos rodoviários ligando a cidade de Macaé a de Campos, a de Niterói a Manilha e a do Rio a Petrópolis. Além de pavimentar várias estradas vicinais que tiveram a finalidade de integrar as regiões do estado, como a estrada que interliga a região Serrana a região dos Lagos.

3 Contribuições ao debate sobre a crise econômica fluminense

Em uma primeira perspectiva, a presente crise da economia fluminense não pode estar relacionada ao fato histórico da transferência da antiga capital da Guanabara para Brasília e, nem tão pouco, à institucionalização da Lei Kandir e outras regras que suprimiram rendas, mas deixaram compensações efetivas. As substanciais receitas de royalties e participações especiais da produção de petróleo talvez seja o exemplo mais visível.

Esta condição foi possível pela consolidação da Bacia petrolífera de Campos na produção de petróleo no mar, na camada pós-sal, com a consequente independência energética e geração de riqueza para o Brasil. Como externalidade



positiva, as rendas de royalties e participações especiais transferidas para os municípios produtores e outros entes públicos, possibilitaram uma importante ampliação orçamentária, segundo (MORAIS, 2013).

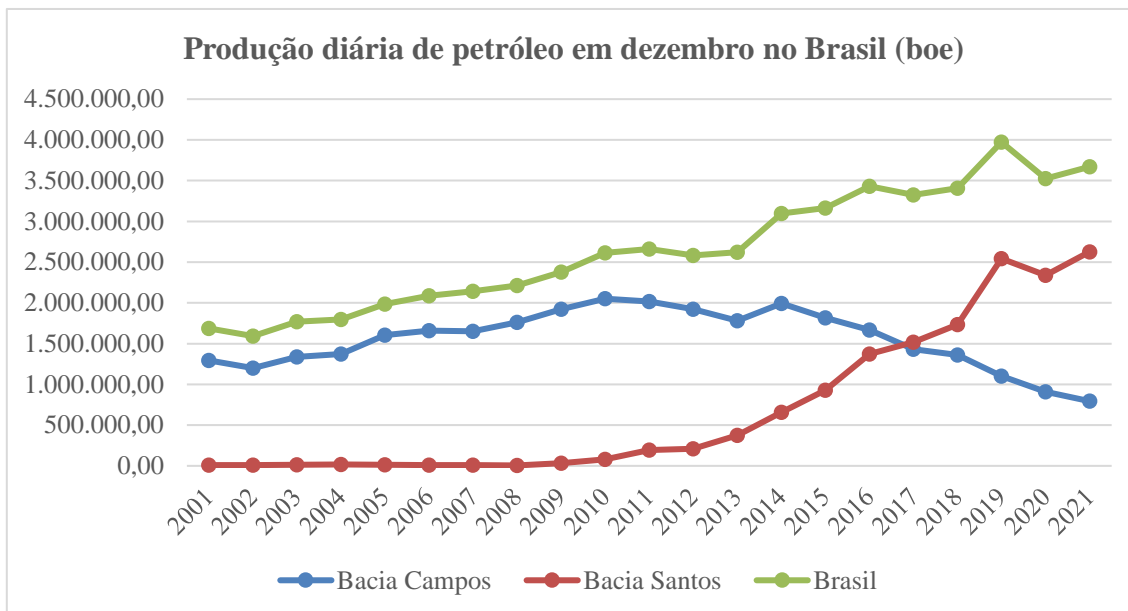
As rendas petrolíferas deveriam ser utilizadas para alavancar os investimentos produtivos, as quais retirariam a economia fluminense da letargia em que foi mergulhada após a mudança da capital da República para Brasília (OLIVEIRA, 2021).

De acordo com a figura 1, a seguir, pode-se observar a produção de petróleo na bacia de Campos, a produção na bacia de Santos e a produção total no país. Verifica-se na evolução da primeira década um consistente crescimento relativo da bacia de Campos, que chegou a atingir 78,43% da produção nacional em 2010.

Este ponto de inflexão não foi observado pelos municípios beneficiários das rendas petrolíferas auferidas e hoje apresentam dificuldades fiscais que inviabilizam a capacidade de investimento dos mesmos.

Apesar da crise financeira desses municípios, o estado continua com ampla representatividade relativa na produção de petróleo, em função da evolução na Bacia de Santos no pré-sal. Localizada em São Paulo, porém com linhas importantes apontadas para o Rio de Janeiro, permite que o estado atinja uma participação relativa de 79,88% da produção do país, segundo dados da ANP (2023) organizados pelo Nuperj (Núcleo de Pesquisa Econômica do Estado do Rio de Janeiro), na figura 1.

Figura 1: Produção diária de petróleo no país.



Fonte: ANP (2023), organizado pelos autores.

Em adição a tese do não aproveitamento eficaz das rendas petrolíferas, segundo a sua natureza, é importante observar a política de isenção fiscal do estado, especialmente nos anos 2000.

Barcelos e Santos (2018) explicam que a política de subsídio fiscal concedida ao setor produtivo demonstrou ineficiência, no que tange a elevação da produção. A despeito da arrecadação tributária se expandir por 25 anos com a “Lei Rosinha”, criada em 2005, quando a alíquota do ICMS foi reduzida de 19% para 2% para estimular as empresas a se instalarem no interior do estado, com queda somente nos anos de recessão do país. Posteriormente, outras legislações surgiram de forma similar, como as do governo Sérgio Cabral e Luiz Fernando Pezão.

Conforme ressaltam abaixo:

A participação do ERJ na composição do PIB tem sido caracterizada por um processo de estagnação até o ano de 2006, seguindo para um crescente declínio. Isso mostra que a política de subsídios tem sido insuficiente para aumentar, manter ou diminuir a perda de importância do estado no cenário nacional quanto à participação na geração de riquezas (BARCELOS; SANTOS, 2018, p. 201).



Em face disso ressaltam que a crítica à política de renúncia fiscal implementada no Rio de Janeiro deve ser direcionada aos agentes econômicos que se beneficiaram delas, pois eles não apresentaram a correspondente contrapartida relativa ao crescimento econômico e a criação de postos de trabalho.

O que se observou, na prática, foi uma pequena queda do valor adicionado bruto (VAB), utilizado para mensurar como indicador a dinâmica da atividade econômica.

A guisa de ilustração deste contexto é oportuno a citação a seguir:

O que chama a atenção é que, nos períodos de criação das Leis 4.533/05, 5636/2010 e 6979/2015, respectivamente, nas gestões de Rosângela Garotinho, Sérgio Cabral e Luiz Fernando Souza, ocorreu um declínio do VAB. Além disso, entre os anos de 2010 e 2016, o VAB caiu de 6,4% para 5,8%. É importante lembrar que, conforme apresentado anteriormente, nesse período, a renúncia fiscal saltou de R\$ 3.852.381.642 para R\$ 9.318.710.499. Ou seja, o aumento da renúncia fiscal não se traduziu em agregação de valor na indústria de transformação. O percentual de valor agregado de 2016 exibe ligeira queda em relação ao de 2002 (BARCELOS; SANTOS, 2018, p. 202).

Com isso, os pesquisadores arrematam afirmando que a política de isenção fiscal do estado do Rio impossibilitou um adensamento do aparelho produtivo fluminense. De certo, a política de subsídios não foi capaz de manter a importância do Estado no PIB nacional, tampouco teve papel na maior agregação de valor na indústria de transformação.

Como observado, se fixar no fato histórico da transferência da capital para Brasília e na institucionalização da Lei Kandir, como fundamentos para a crise estrutural do estado do Rio de Janeiro, parece frágil. Conseqüentemente, considerar alternativas de solução para a crise via gastos públicos, ancorados na teoria keynesiana, pode se constituir também em uma condição insuficiente.

As afirmações acima estão consubstanciadas no próprio ambiente de riqueza que foi constituído pelo ciclo do petróleo, sem que as externalidades positivas na expansão do produto e tecnologias fossem incorporadas no contexto do estado.



Algumas respostas oriundas de aplicações empíricas

Algumas pesquisas empíricas apresentaram resultados que podem auxiliar na identificação das causas potenciais da crise estrutural do estado.

Ribeiro (2022) investigou o papel das rendas petrolíferas oriundas da Bacia de Campos no processo de dinâmica econômica nos municípios produtores, naturais beneficiários das mesmas. A pesquisa considerou as rendas petrolíferas e o investimento público como variáveis explicativas da variável dependente Valor Adicionado Fiscal (proxy da geração de riqueza), a partir do uso da técnica de regressão linear múltipla. O autor concluiu em seus resultados que os fracos coeficientes de correlação fortaleceram a tese da existência da “maldição dos recursos”.

A tese enfatiza que a abundância de recursos naturais, muitas vezes, afasta o investimento público e privado em outros setores, induzindo assim, bases tributárias menores. Com bases tributárias reduzidas, o interesse das pessoas nas políticas do governo torna-se fraco, portanto, mina a importância da boa governança em todos os níveis (FARZANEGAN; MARKWARDT, 2009).

Os resultados são compatíveis com a leitura empírica de outros autores. Turan e Yanikkaya (2020) examinaram os efeitos das rendas totais, minerais, de gás natural e de petróleo, nos gastos públicos (educação, saúde e infraestrutura), usando os métodos e dados de estimativa de painel dinâmico em mais de 100 países no período de 1980 a 2015. Os resultados alcançados indicaram que as rendas totais dos recursos não têm impacto significativo nos gastos públicos com infraestrutura, porém fornecem uma evidência robusta no efeito adverso em relação aos gastos públicos com educação e saúde. Nesse caso ficou notória a maldição dos recursos, explicada pelo efeito adverso sobre a acumulação de capital humano. Os autores ainda testaram se o nível de democracia é importante na investigação dos efeitos das rendas dos recursos sobre os gastos públicos.

A conclusão é que as rendas totais dos recursos exercem um impacto negativo sobre os gastos em educação apenas em países autocráticos. A indicação dos autores é de que os formuladores de políticas devem tomar as medidas



necessárias para remover os efeitos adversos das rendas dos recursos sobre os gastos públicos com saúde e educação para aumentar a formação de capital humano.

No Brasil, Postali e Nishijima (2011) investigaram empiricamente se os royalties distribuídos sob a lei 9478/97 contribuíram para a melhoria dos indicadores sociais dos municípios contemplados, em relação à média nacional, no período de 2000 a 2007. Utilizando o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), concluíram que as rendas do petróleo não produziram impactos significativos nos indicadores sociais de saúde e de educação dos municípios beneficiados, mas, de forma surpreendente, geraram efeitos negativos sobre seus setores formais de trabalho.

Sobre os reflexos dos grandes investimentos de base em recursos naturais no estado do Rio de Janeiro nos últimos quinze anos, Ribeiro e Hasenclever (2019) investigaram a capacidade de absorção das externalidades positivas decorrentes dos mesmos investimentos realizados no setor de petróleo e gás, petroquímico e de infraestrutura portuária no território fluminense. Os autores usaram a técnica de análise de regressão múltipla para verificar se a variável dependente, no caso, a produtividade respondeu as mudanças ocorridas nas variáveis independentes relacionadas, ou seja, receitas tributárias, investimento público, operações bancárias. Mais uma vez, os resultados observados mostraram a fragilidade econômica do estado, no que diz respeito, a capacidade de internalizar as externalidades da riqueza gerada pelos referidos projetos. A indicação evidente é de que grande parte da riqueza gerada pelos investimentos exógenos foge para outras regiões.

4 Um possível caminho para a concertação

Os gestores públicos do estado do Rio de Janeiro não observaram o valor real da ferramenta de planejamento e voltado seus esforços para gestão fiscal. Com isso se constituiu a tese de que o maior problema do estado estava na insuficiência de receitas. Com a “velha” premissa de que o estado “pode tudo”, limites em relação



à estrutura de gastos foram ignorados, comprometendo os importantes parâmetros da eficiência e eficácia.

A expectativa de salvação por meio dos grandes projetos, especialmente com base em recursos naturais, levou a certa acomodação fiscal pelo ambiente bilionário dos royalties e participações especiais de petróleo e, consecutivamente, ao abandono ao planejamento da oferta. As atividades tradicionais desenvolvidas pelas mesorregiões, dado o seu abandono, se atrasaram competitivamente e pressionaram o desemprego e a pobreza no contexto do estado.

Na avaliação do setor rural fluminense, com base no paradigma da OCDE, Ribeiro (2020) apresentou indicadores do setor agropecuário, baseado nos censos, que também ratificam a presente visão crítica. O crescimento relativo de 21,5% do número de estabelecimentos em um pouco mais de duas décadas (53.680 unidades em 1995; 58.493 unidades em 2006; 65.224 unidades em 2017), mostra a fragilidade setorial.

Uma observação importante é que o padrão de crescimento no número de estabelecimento não é compatibilizado como o crescimento do número de pessoal ocupado. Neste, foi verificado um leve crescimento de 2,5% no período, ou seja: (174.274 trabalhadores em 1995; 157.696 trabalhadores em 2006; 178.583 trabalhadores em 2017).

Para uma visão mais atualizada verificou-se a Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e a Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) do IBGE. Analisando os anos de 1995, 2006, 2017 e 2019, da lavoura temporária e permanente do estado, observou-se uma queda acentuada da área colhida no período. Em 1995, a área colhida somou 285.387 hectares, caindo para 244.654 hectares em 2006, reduzindo ainda mais para 113.891 hectares em 2017 e reduzindo levemente para 113.309 hectares em 2019. Já os valores da produção deflacionados pelo IPC-DI (FGV) caíram de R\$2,1 bilhões em 1995 para R\$1,4 bilhão em 2006, com nova queda para R\$1,3 bilhão em 2017 e um leve aumento para R\$1,5 bilhão em 2019.

Na avaliação da pecuária leiteira, observou-se certa estabilidade no tempo. Em 1995 a produção leiteira no estado gerou 432,4 milhões de litros de leite, avançando para 468,2 milhões de litros em 2006, caindo levemente para 466,2



milhões de litros em 2017 e voltando a cair para 431,9 milhões de litros em 2019. A produção mais atual de 2019 é menor 0,1% em relação à produção de 1995.

O número de vacas ordenhadas também não apresentou grandes mudanças no período analisado. Em 1995 o estado tinha 394,5 mil vacas ordenhadas, crescendo levemente para 395,1 vacas em 2006, caindo para 359,5 vacas em 2017 e voltando a cair para 331,1 vacas em 2019. O número do último plantel é menor 16,1% em relação ao plantel de 1995.

Apesar da queda mais acentuada no número de vacas ordenhadas, a produtividade litro de leite / vaca / ano, apresentou uma pequena melhora. Em 1995 a produtividade era de 1.096 litros, chegando em 2006 a 1.185 litros, avançando em 2017 para 1.297 litros e avançando, mais um pouco, em 2019, para 1.304 litros / vaca / ano.

Na presente atividade, a produtividade do estado do Rio de Janeiro é a menor entre os estados da região sudeste. Em 2019 foram produzidos 1.304,32 litros de leite por vaca / ano no estado, ficando com segunda menor produtividade o estado de São Paulo com 1.603 litros. A maior produtividade leiteira foi em Minas Gerais que produziu 3.011,89 litros / vaca, seguido pelo estado do Espírito Santo com uma produtividade de 1.734,55 litros / vaca em 2019.

Neste caso a contribuição direciona esforços para o planejamento das atividades tradicionais com a inserção de conhecimento científico.

4.1 Reestruturação produtiva como contribuição endógena para o processo de desenvolvimento econômico

No processo de reestruturação produtiva, a figura do território se torna essencial e a visão endógena estratégica no entendimento sobre a construção do desenvolvimento econômico. Para explicar a diferença entre desenvolvimento exógeno e endógeno, Morretta (2020) considera três perspectivas diferentes do desenvolvimento econômico:

- (i) A primeira, a abordagem *top-down* (de cima para baixo), onde o papel dos atores extra locais e fatores macroeconômicos exógenos determinam o



processo de desenvolvimento. É importante observar que essas estratégias exógenas não foram capazes de abortar os problemas territoriais e prover desenvolvimento sustentável nos últimos cinquenta anos (RODRIGUEZ-POSE; TIJMSTRA, 2009).

(ii) A segunda, a abordagem *bottom-up* (de baixo para cima), na qual os atores locais desempenham um papel crucial no início do processo de desenvolvimento por meio da ativação de fatores endógenos (VÁSQUEZ-BARQUERO; RODRIGUEZ-COHARD, 2016).

(iii) A terceira, a abordagem que evolui da anterior e passa a se caracterizar na interação contínua entre as abordagens *top-down* e *bottom-up*, através da interação de fatores exógenos e endógenos. Segundo Crescenzi e Rodriguez-Pose (2011), baseia-se no entendimento de que muitas vezes os recursos locais precisam ser continuamente estimulados e influenciados por fatores exógenos.

Complementarmente, o processo de desenvolvimento endógeno visa a criação de economias locais diversificadas, resilientes e sustentáveis. Valoriza o local e seus valores e, muitas vezes, proporciona outros resultados não econômicos como proteção ambiental, manutenção do patrimônio cultural e gestão da paisagem (VANCLAY, 2011).

É preciso considerar, entretanto, que algumas regiões podem não dispor naturalmente das condições adequadas a evolução do desenvolvimento endógeno (GKARTZIOS; LOWE, 2019). Nesse caso, é fundamental um esforço para induzir a formação dessas condições fundamentais. Trata-se de um esforço coletivo para ampliar a estrutura de capital social em benefício da organização produtiva e sua consequente ampliação do produto, do emprego e da renda no território. Pode-se considerar como uma potente estratégia de redução da desigualdade social, onde a convivência entre grandes projetos, grandes empresas com pequenas empresas e pequenos negócios competitivos é possível, negando a tese schumpeteriana de destruição criativa (SCHUMPETER, 1982).



5 Considerações complementares

A presente reflexão permite um entendimento de que a crise econômica e financeira fluminense, que se arrasta por décadas, não é um fenômeno relacionado ao fato histórico da transferência da capital para Brasília e está longe de ser um problema de receita, ocasionado por regras institucionalizadas com prejuízos para o orçamento estadual.

Outros elementos precisam ser considerados, fundamentalmente, a condição estabelecida de acomodação financeira em função das vultosas rendas petrolíferas alimentadas pela Bacia petrolífera de Campos. Como verificado anteriormente em Turan & Yanikkaya (2020) e outros, a maldição dos recursos deixa marcas profundas que vai do abandono do planejamento para geração de negócios diversificados a incentivos sem critérios técnicos razoáveis e, o consequente, processo de corrupção endêmico.

Por outro lado as ações proativas do planejamento no sentido de identificar o território, se constituem em fundamentos estratégicos para o desenvolvimento.

De forma sintética, pode-se concluir que a estratégia endógena precisa ser assistida por uma governança, a escala é do território, a produção se devolve em cadeias produtivas e o subsídio é substituído por investimento. O governo tem responsabilidade com a infraestrutura, universidade e centros de pesquisa cuidam do conhecimento científico e empresas se organizam de forma cooperativa.



Referências

ANP. Agência Nacional de Petróleo. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br> - Acesso em: 14/03/2024

BARCELOS, Daniel Ribeiro; SANTOS, Leandro Bruno. Política de isenção fiscal e dinâmica econômica no Estado do Rio de Janeiro nos anos 2010. **Revista Cerrados (Unimontes)**, v.16, n.2, p. 189-212, 2018.

<https://doi.org/10.22238/rc2448269220181602189212>

CRESCENZI, Riccardo; RODRÍGUEZ-POSE, Andrés. Reconciling top-down and bottom-up development policies. **Environment and planning A**, v. 43, n. 4, p. 773-780, 2011. DOI: 10.1068/a43492

FARZANEGAN, Mohammad Reza; MARKWARDT, Gunther. The effects of oil price shocks on the Iranian economy. **Energy economics**, v. 31, n. 1, p. 134-151, 2009.

GKARTZIOS, Menelaos; LOWE, Philip. Revisiting neo-endogenous rural development. In: Scott, M.; Gallent, N.; Gkartzios, M. (eds.) **The Routledge companion to rural planning**. Routledge: New York, 2019. p. 159-169.

MORAES, José Mauro. Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da PETROBRAS na exploração e produção offshore. Repositório Econômico do IPEA, 2013.

MORRETTA, Valentina. Territorial capital in local economic endogenous development. **Regional Science Policy and Practice**, RSAI, 2020.

NATAL, Jorge Luiz Alves; DA CRUZ, José Luis Vianna. Ensaio sobre a economia fluminense: da crise histórico-estrutural alheada à crise manifesta. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 18, p. 12-41, jan./jun. 2020.

<https://doi.org/10.12957/cdf.2020.48386>



OLIVEIRA, A. Petróleo no Rio de Janeiro: trocar a maldição pelo desenvolvimento. **Jornal dos Economistas**, n. 379, p. 5-6, mar. 2021.

OSORIO, M.; VERSIANI, M. H. O círculo vicioso do Rio de Janeiro: o que fazer. **Jornal dos Economistas**, n. 371, p. 3-5, jul. 2020.

OSORIO, M.; VERSIANI, M. H. Rio de Janeiro: como sair da crise. **Jornal dos Economistas**, n. 354, p. 3-5, fev. 2019.

POSTALI, Fernando Antonio Slaibe; NISHIJIMA, Marislei. Oil windfalls in Brazil and their long-run social impacts. **Resources Policy**, v. 38, n. 1, p. 94-101, 2013.
<https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2012.10.003>

RIBEIRO, Alcimar. Investigação sobre o papel das rendas petrolíferas na rota de petróleo da bacia de Campos. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 22, p. 107-122, 2022. <https://doi.org/10.12957/cdf.2022.68421>.

RIBEIRO, Alcimar. O Desenvolvimento Rural sob o olhar de um Novo Paradigma: o caso do estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 19, p. 234-251, 2020. <https://doi.org/10.12957/cdf.2020.59096>

RIBEIRO, Alcimar e HASENCLEVER, Lia. Investigação sobre a capacidade de absorção de externalidades positivas geradas por grandes projetos no estado do Rio de Janeiro. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 50, n. 2, p. 133-145, abr./jun. 2019. <https://doi.org/10.61673/ren.2019.903>

RODRÍGUEZ-POSE, Andrés; TIJMSTRA, Sylvia. On the emergence and significance of local economic development strategies. **Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe**, Documentos de trabalho n. 7, jul. 2009. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/bitstream/handle/123456789/200/200907Rodriguez-PoseyTijmstra%28portada%29VERSIONFINAL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
Acesso em: 13 mar. 2024.

TURAN, Taner; YANIKKAYA, Halit. Natural resource rents and capital accumulation nexus: do resource rents raise public human and physical capital expenditures?



Environmental Economics and Policy Studies, v. 22, p. 449-466, 2020.

<https://doi.org/10.1007/s10018-020-00264-9>

VANCLAY, Frank. Endogenous rural development from a sociological perspective. In: STIMSON, Robert; STOUGH, Roger R.; NIJKAMP, Peter (eds.) **Endogenous regional development**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2011, p. 59-72.

VÁZQUEZ-BARQUERO, Antonio; RODRÍGUEZ-COHARD, Juan C. Endogenous development and institutions: Challenges for local development initiatives.

Environment and Planning C: Politics and Space, v. 34, n. 6, p. 1135-1153, 2016.

<https://doi.org/10.1177/0263774X15624924>

Agradecimentos: A Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro (FAPERJ), pelo financiamento do projeto do Núcleo de Pesquisa Econômica do Rio de Janeiro (NUPERJ), através do processo: 211.840/2021.